



EÓLICA MANGUE SECO 4 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.647/0001-58

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanco patrimonial - Em 31/12/2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.329	16.449
Contas a receber	5	2.047	1.889
Tributos a recuperar		559	449
Despesas antecipadas		207	134
Outros créditos		-	13
Total do ativo circulante		19.142	18.934
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta reserva	4	12.527	12.026
Conta de ressarcimento - CCEE	8	2.657	2.609
Outros créditos		125	106
Direito de uso	6	2.353	2.339
Imobilizado	7	61.108	66.749
Total do ativo não circulante		78.770	83.829
Total do ativo		97.912	102.763
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	875	524
Empréstimos e financiamentos	11	4.232	3.974
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	326	580
Obrigações por arrendamentos	12	176	326
Conta de ressarcimento - CCEE	8	7.690	7.990
Dividendos a pagar	14	-	704
Outras obrigações		813	819
Total do passivo circulante		14.112	14.617
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	53.345	57.395
Obrigações por arrendamentos	12	2.442	2.180
Provisão para contingências	13	156	136
Provisão para desmobilização	20	4.249	3.861
Tributos diferidos	18	647	311
Total do passivo não circulante		60.819	63.883
Patrimônio líquido	14		
Capital social		20.940	20.940
Reservas de lucros		2.041	3.323
Total do patrimônio líquido		22.981	24.263
Total do passivo e do patrimônio líquido		97.912	102.763

vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º/07/2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º/07/2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30/06/2016. A partir de 1º/07/2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 13 MW para a média de geração do quadriênio 10.209 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º/07/2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 10,209 MWh para a média de geração do quadriênio de 9,776 MWh. Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. As demonstrações contábeis da Companhia para o período findo em 31/12/2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da diretoria em 25/03/2022. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis: Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Adicionalmente, a Companhia considerará as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPIC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

hnechida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no Caso da Companhia, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de suprimento da Companhia proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a CCEE (Nota 1), ajustada mensalmente pela energia efetivamente gerada. 2.11. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Provisão para desmobilização** - A provisão para desmobilização é contabilizada de acordo com o NBC TG 25 e a Interpretação Técnica ITG 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares. As provisões da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinados com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem de aerogeradores e obras civis ao término do contrato. A provisão inicial é reconhecida como um passivo a valor presente e o custo de desmobilização de ativos igual ao passivo inicial estimado é capitalizado como parte do valor contábil do ativo relacionado e será depreciado durante a vida útil do ativo.

Demonstração do resultado do exercício			
Exercício findo em 31/12/2021			
<i>(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)</i>			
	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	15	22.799	19.335
Custo com a venda de energia	16	(10.807)	(10.833)
Lucro bruto		11.992	8.502
Despesas operacionais: Gerais e administrativas	16	(738)	(1.283)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(337)	1.879
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		10.917	9.098
Receitas financeiras	17	1.236	925
Despesas financeiras	17	(4.918)	(4.956)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.235	5.067
Despesa com imposto de renda e contribuição social Corrente	18	(789)	(2.102)
Diferido		(336)	-
Lucro líquido do exercício		6.110	2.965
Quantidade de ações	14	39.917.500	39.917.500
Lucro por ação		0,15	0,07

base no custo histórico como base de valor, exceto para alguns ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e desmobilização do parque. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.1. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. 2.2. **Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Classificação e mensuração** - De acordo com a NBC TG 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31/12/2021 e 2020, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são equivalentes de caixa, contas a receber e valores a receber da CCEE. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - De acordo com a NBC TG 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. 2.3. **Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 02/06/2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor, conforme mencionados na Nota 7. 2.4. **Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenha sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. 2.5. **Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.6. **Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. 2.7. **Conta de ressarcimento - CCEE** - A conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: a) O limite contratual aceite, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerrou em 30/06/2020; b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. 2.8. **Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.9. **Imposto de renda e contribuição social corrente** - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido. 2.10. **Reconhecimento da receita** - A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reco-

Receitas em banco e em caixa (i)
Certificados de depósitos bancários (ii)

	2021	2020
		1
	16.329	16.448
	16.329	16.449

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) Os Certificados de Depósitos Bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31/12/2021 e 2020 é de aproximadamente 90% do CDI.

2.12. **Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30/06/2021** - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do NBC TG 06 (R3) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando a NBC TG 06 (R3) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30/06/2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31/03/2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30/06/2022. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. 2.13. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Não há normas ou interpretações emitidas em 2021, mas ainda não vigentes que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do resultado abrangente			
Exercício findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais)			
	Notas	2021	2020
Lucro líquido do exercício		6.110	2.965
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		6.110	2.965

Demonstração da mutação do patrimônio líquido					
Exercício findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.940	1.062	1.778	-	23.780
Dividendos adicionais aprovados (Nota 14)	-	-	(1.778)	-	(1.778)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.965	2.965
Destinação do lucro (Nota 14): Reserva legal	-	148	-	(148)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(704)	(704)
Dividendos adicionais propostos	-	-	2.113	(2.113)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.940	1.210	2.113	-	24.263
Dividendos adicionais aprovados (Nota 14)	-	-	(2.113)	-	(2.113)
Dividendos Intercalares aprovados (Nota 14)	-	-	(3.828)	(3.828)	(7.656)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.110	6.110
Destinação do lucro (Nota 14): Reserva legal	-	306	-	(306)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.451)	(1.451)
Dividendos adicionais propostos	-	-	4.353	(4.353)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.940	1.516	525	-	22.981

Reservas de lucros

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			7.235	5.067	
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa: Depreciação e amortização			5.881	5.864	
Rendimentos sobre aplicações financeiras			(501)	(308)	
Juros e variações monetárias, líquidas			4.503	4.723	
Provisão para contingências			-	13	
Provisão para desmobilização do parque			388	(25)	
			17.506	15.334	
Acréscimo (decréscimo) de ativos: Contas a receber			(157)	48	
Tributos a recuperar			(110)	(391)	
Despesas antecipadas			(73)	(129)	
Conta de ressarcimento - CCEE			(48)	(1.122)	
Outros ativos			(6)	(24)	
			(394)	(1.618)	
Acréscimo (decréscimo) dos passivos: Fornecedores			351	51	
Obrigações trabalhistas e tributárias			329	(1.129)	
Conta de ressarcimento - CCEE			-	4.118	
Outras contas a pagar			(6)	617	
			674	3.657	
Caixa gerado pelas atividades operacionais			17.785	17.373	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11		(4.195)	(4.462)	
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.372)	(325)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			12.218	12.586	
Atividades de investimento: Aquisições de bens do ativo imobilizado	7		(16)	(251)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(16)	(251)	
Atividades de financiamento: Pagamento de dividendos	14		(8.096)	(2.371)	
Redução de capital			-	(18.978)	
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	11		(3.880)	(3.545)	
Pagamento de arrendamentos			(346)	(328)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			(12.322)	(25.221)	
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa			(120)	(12.886)	
No início do exercício			16.449	29.335	
No final do exercício			16.329	16.449	
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa			(120)	(12.886)	

3. **Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Recursos em banco e em caixa (i)		1
Certificados de depósitos bancários (ii)	16.329	16.448
	16.329	16.449

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercício findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais)			
	Notas	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		7.235	5.067
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa: Depreciação e amortização		5.881	5.864
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(501)	(308)
Juros e variações monetárias, líquidas		4.503	4.723
Provisão para contingências		-	13
Provisão para desmobilização do parque		388	(25)
		17.506	15.334
Acréscimo (decréscimo) de ativos:			
Contas a receber		(157)	48
Tributos a recuperar		(110)	(391)
Despesas antecipadas		(73)	(129)
Conta de ressarcimento - CCEE		(48)	(1.122)
Outros ativos		(6)	(24)
		(394)	(1.618)
Acréscimo (decréscimo) dos passivos:			
Fornecedores		351	51
Obrigações trabalhistas e tributárias		329	(1.129)
Conta de ressarcimento - CCEE		-	4.118
Outras contas a pagar		(6)	617
		674	3.657
Caixa gerado pelas atividades operacionais		17.785	17.373
Atividades de investimento:			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(16)	(251)
Atividades de financiamento:			
Pagamento de dividendos			



EÓLICA MANGUE SECO 4 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.647/0001-58

adicionada de multa de 15%, contabilizada no passivo circulante.

	2021	2020
9. Fornecedores		
Wobben Windpower Indústria e Comércio (a)	423	413
Petrobras S.A. (b)	255	53
Outros	197	58
	<u>875</u>	<u>524</u>

(a) O contrato firmado com o fornecedor Wobben Windpower estabelece que a partir do quarto ano operacional, o pagamento será reajustado pela variação do IPCA, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo no contrato celebrado entre a CCEE e a contratante. Adicionalmente, no pagamento do último trimestre operacional de cada ano, é calculado o valor da remuneração anual da energia do ano operacional de cada aerogerador para ajustar o valor final entre os valores mínimos e máximos do O&M de cada aerogerador.

(b) O contrato firmado com o fornecedor Petrobras S.A. trata-se um contrato de manutenção referente a subestação polo e COE.

10. Obrigações trabalhistas e tributárias: Os saldos das obrigações trabalhistas e tributárias é demonstrada como segue:

	2021	2020
Obrigações trabalhistas	8	28
Retenções na fonte	14	34
PIS	13	14
COFINS	59	67
IRPJ	143	218
CSLL	89	219
	<u>326</u>	<u>580</u>

	2021	2020
Encargos financeiros		
Banco do Nordeste do Brasil S.A. 9,50% a.a.	57.577	61.369
Circulante	4.232	3.974
Não circulante	53.345	57.395

Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco 4, à taxa de juros de 9,50% a.a. e com vencimento final em julho de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros. Os montantes vencíveis a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento do contrato:

	2021	2020
2022	-	4.240
2023	4.531	4.531
2024	4.942	4.942
2025	5.382	5.382
A partir de 2026	38.490	38.300
	<u>53.345</u>	<u>57.395</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim representada:

	2021	2020
Saldo inicial	61.369	64.825
Juros incorridos	4.283	4.551
Pagamento de principal	(3.880)	(3.545)
Pagamento de juros	(4.195)	(4.462)
Saldo final	<u>57.577</u>	<u>61.369</u>

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. Em 31/12/2020, os referidos índices foram cumpridos. A exigência de cumprimento dos referidos índices é anual sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de cada ano.

Garantias financeiras - As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa.

12. Obrigações por arrendamentos: Conforme comentado na Nota 6, a Companhia registrou os contratos de arrendamento dos terrenos onde o parque eólico está instalado, em conformidade com a NBC TG 06(R3). O valor presente dos contratos foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de captação de empréstimos e financiamentos de terceiros. Os prazos dos contratos são de até vinte anos, podendo ser renovados automaticamente pelo mesmo período caso não haja manifestação do locatário ao final do período, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia. O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

	2021	2020
Circulante	176	326
Até um ano	-	-
Não circulante	176	326
Entre um e dois anos	176	326
Entre dois e três anos	176	326
Entre três e quatro anos	1.914	2.202
Acima de quatro anos	2.442	2.180
	<u>2.618</u>	<u>2.506</u>

A movimentação das obrigações por arrendamentos está assim representada:

	2021	2020
Saldo inicial	2.506	2.651
Remensuração dos contratos (Nota 6)	238	12
Juros	220	172
Pagamentos mínimos	(346)	(328)
Saldo final	<u>2.618</u>	<u>2.506</u>

	2021	2020
13. Provisão para contingências		
Notificação por descumprimento de cláusula contratual (a)	136	136

(a) Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Reserva firmado com a CCEE. **Perdas possíveis** - As posições das demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos, e que não foram objeto de provisão contábil referem-se a duas ações judiciais em que a Companhia está envolvida. O montante estimado atualizado total é de R\$ 224. Contudo, considerando que a Companhia é litisconsorte passiva, junto com os outros Parques Eólicos (Mangue Seco 1, Mangue Seco 3 e Mangue Seco 4), a administração estima que a mesma deverá ser responsável pelo montante de R\$ 75 nas referidas ações. Essas ações judiciais são relativas à servidão administrativa de passagem das linhas de transmissão da Companhia, bem como dos outros Parques Eólicos. i. 0101810-40.2015.8.20.0105 ajuizado pelo Espólio de Luiz Candido Alves, em trâmite na 1ª Vara de Macaú-RN, cujo valor atualizado perfaz a quantia de R\$ 46, sendo que a parte referente à Mangue Seco 4 corresponde a R\$ 15. O objeto da ação é a pretensão do Autor em receber indenização pela servidão administrativa, para fins de passagem de linha de transmissão. Para esse processo a empresa já realizou pagamento do depósito judicial. ii. 0101809-55.2015.8.20.0105 ajuizado pelo Francisco Pereira Olegário, em trâmite na 2ª Vara de Macaú-RN, cujo valor atualizado perfaz a quantia de R\$ 41, sendo que a parte referente à Mangue Seco 4 corresponde a R\$ 14. O objeto da ação é a pretensão do Autor em receber indenização pela servidão administrativa, para fins de passagem de linha de transmissão. Para esse processo a empresa já realizou pagamento do depósito judicial.

14. Patrimônio líquido: a) **Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2021 é de R\$ 20.940 e está representado por 39.917.500 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações	%	Ações	%
Wobben Windpower	-	-	20.357.925	51%
Indústria e Comércio Ltda	-	-	19.559.575	49%
Petróleo Brasileiro S.A.	39.917.500	100%	-	-
V2I Energia S.A.	39.917.500	100%	39.917.500	100%

Em 07/01/2021, a Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. informaram que assinaram com a V2I Energia S.A. o contrato para a venda da totalidade de suas participações de 51% e 49%, respectivamente, no capital social da Companhia. Em 17/04/2021, após cumpridas as condições precedentes, a incluindo, entre outras, as devidas aprovações do financiador do desenvolvimento do parque eólico, o Banco do Nordeste do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), foi firmado o termo de fechamento ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Petróleo Brasileiro S.A. e a V2I Energia S.A., investida do Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que tem como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., atual sócio com 100% de participação acionária. Com relação a empresa Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. o termo de fechamento foi firmado dias depois, ou seja, em 05/04/2021. **Destinação do lucro** - De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após ouvido o Conselho de Administração.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.110	2.965
Reserva legal (5%)	(306)	(148)
Base de cálculo dos dividendos	5.804	2.817
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.451	704

A movimentação dos dividendos propostos e pagar estão representadas a seguir:

	2021	2020
Saldo de dividendos no início do exercício	704	593
Dividendos aprovados anos anteriores	2.113	1.778
Dividendos pagos	(8.096)	(2.371)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.451	704
Dividendos intercalares	3.828	-
Saldo de dividendos a pagar e propostos	-	704

Em 19/05/2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovou o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 2.817, correspondentes ao exercício de 2020. Em 10/09/2021, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 780. Em 06/12/2021, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 4.500.

	2021	2020
15. Receita operacional líquida		
Receita bruta com venda de energia elétrica	23.663	20.071
Impostos sobre o faturamento	(154)	(131)
PIS	(710)	(605)
COFINS	(864)	(736)
	<u>22.799</u>	<u>19.335</u>

	2021	2020
16. Custos das vendas e despesas operacionais		
Por função:		
Custos da venda de energia	(10.807)	(10.833)
Despesas gerais e administrativas	(738)	(1.283)
Outras receitas (despesas)	(337)	1.879
	<u>(11.882)</u>	<u>(10.237)</u>

Por natureza:

	2021	2020
Depreciação e amortização	(5.763)	(5.864)
Encargos Setoriais - TUSD	(403)	(326)
Representação CCEE	(194)	(159)
Vigilância e segurança	(240)	(351)
Serviço de manutenção do parque - Wobben (a)	(3.416)	(2.334)
Serviço de manutenção do Parque - BoP	(339)	(425)
Custo de devolução por não atingir meta (CCEE)	-	(606)
Taxa Fiscalização ANEEL	(85)	(79)
Custo com Contribuição do Agente - CCEE	(11)	(11)
Custo com Assessoria Ambiental	(58)	(51)
Remuneração da administração (Nota 20)	(175)	(680)
Conselho de administração / fiscal (Nota 20)	(343)	(507)
Despesas com salários e encargos	(16)	(22)
Despesas com viagens	(35)	(33)
Aluguéis	(165)	(48)
Despesas com seguros	(12)	(16)
Contribuições à associações	(29)	(13)
Locação de veículos	(8)	(8)
Utilidades (água, luz, telefone e internet)	(52)	(25)
Publicações	(57)	(19)
Manutenção, conservação e limpeza	(20)	(17)
Taxas e emolumentos	(13)	(29)
Assessoria jurídica	(119)	(56)
Assessoria contábil	-	1.391
Recuperação de despesas tributárias	-	451
Recuperação com precatórios	(329)	(158)
Custo subestação polo	-	(113)
Outras despesas, líquidos	(11.882)	(10.237)

(a) Refere-se, substancialmente, ao contrato de manutenção firmado com a Wobben Windpower Indústria e Comércio.

	2021	2020
17. Receitas (despesas) financeiras		
Receitas financeiras	735	592
Rendimentos sobre aplicações financeiras	501	308
Rendimentos da conta reserva	-	25
Atualização monetária sobre desmobilização do parque	1.236	925

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos e financiamentos (4.283) (4.551)

Juros sobre arrendamentos (219) (172)

Atualização preço da energia - CCEE - (160)

Atualização monetária sobre desmobilização do parque (388) -

Outras despesas financeiras (28) (73)

(4.918) (4.956)

(3.682) (4.031)

18. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados no lucro presumido, aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta com a venda de energia elétrica	23.663	23.663	20.071	20.071
Alíquota de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Outras receitas	1.893	2.840	1.606	2.409
Lucro presumido	247	3.087	4.425	6.834

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquota IRPJ - 15%	(321)	-	906	-
Alíquota Adicional - 10%	(190)	-	580	-
CSLL - 9%	-	(278)	-	616
Despesa com IRPJ e CSLL	(511)	(278)	(1.486)	(616)
Alíquota efetiva	24%	9%	24%	9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Conforme previsto pela legislação aplicável ao imposto de renda e contribuição social, como a Companhia optou pela tributação pelo regime do lucro presumido, lhe é facultado tributar as receitas de aplicações financeiras pelo regime de caixa. Assim, para o montante correspondente à diferença entre as receitas de aplicações financeiras reconhecidas contabilmente pelo regime de competência e o montante reconhecido fiscalmente pelo regime de caixa, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	2021	2020
Rendimentos sobre aplicações financeiras (Nota 17)	735	501
Rendimentos da conta reserva (Nota 17)	501	308
	<u>1.236</u>	<u>809</u>

Diretoria Executiva - Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira; Wagner Alexandre Serrato - Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis - Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da administração das demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

tante reconhecido fiscalmente pelo regime de caixa, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	2021	2020
Rendimentos sobre aplicações financeiras (Nota 17)	735	501
Rendimentos da conta reserva (Nota 17)	501	308
	<u>1.236</u>	<u>809</u>

Rendimentos reconhecidos pelo regime de caixa

	2021	2020
Diferença temporária - base para diferido	(175)	(680)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	(166)	(336)

19. Provisão para desmobilização: Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou a empresa Vertu Assessoria e Avaliações Ltda. que apresentou um laudo técnico precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque seria um valor de R\$ 4.249 (2020: R\$ 3.861). **20. Partes relacionadas:** A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	2021	2020
Honorários da diretoria	(175)	(680)
Conselho da administração / fiscal	-	(166)
	<u>(175)</u>	<u>(846)</u>

A remuneração acima se refere ao montante pago aos administradores até março de 2021. A partir de abril de 2021, quando a Companhia passou a ser controlada pela V2I Energia S.A., os diretores são remunerados pela controladora, sem o repasse dos custos relacionados para a Companhia. A Companhia não concede aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego ou benefícios de rescisão contratual, além dos previstos na legislação brasileira. **21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Riscos regulatórios** - As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Gestão de capital - Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novos ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2021 e 2020:

	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 11)	57.577	61.369
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(16.329)	(16.449)
Conta reserva (Nota 4)	(12.527)	(12.026)
Dívida Líquida (a)	28.721	32.895
Total do patrimônio líquido	22.981	24.263
Total do capital (b)	51.702	57.158
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	44%	58%

	por categoria	Classificação	2021		2020	
			2021	2020	2021	2020
	Ativos financeiros					
	Recursos em banco e em caixa (Nota 3)	Custo amortizado	-	-	1	
	Certificados de depósitos bancários (Nota 3)	Custo amortizado	16.329	16.448		
	Conta reserva (Nota 4)	VJR	12.527	12.026		
	Contas a receber (Nota 5)	Custo amortizado	2.047	1.889		
			<u>30.903</u>	<u>30.364</u>		
	Passivos financeiros					
	Fornecedores (Nota 9)	Custo amortizado	875	524		
	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	Custo amortizado	57.577	61.369		
			<u>58.452</u>	<u>61.893</u>		

23. Seguros: As coberturas de seguros, em 31/12/2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	216.629	900.000002514	21/11/2021 a 21/11/2022
Responsabilidade Cível	6.016	28.522.021.002.103.500.000.000	21/11/2021 a 21/11/2022

Diretoria Financeira; Wagner Alexandre Serrato - Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis - Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude